

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL**

Daniel Silveira

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS E GESTÃO ESCOLAR: A RELAÇÃO
ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA**

Santa Maria, RS
2016

Daniel Silveira

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS E GESTÃO ESCOLAR: A RELAÇÃO ENTRE
FAMÍLIA E ESCOLA**

Trabalho de conclusão de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu/Ead do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria, com requisito para obtenção do título de **Especialista em Gestão da Educação Municipal**

Orientador: Prof^a. Daniele Rorato Sagrillo

Santa Maria, RS
2016

Daniel Silveira

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS E GESTÃO ESCOLAR: A RELAÇÃO ENTRE
FAMÍLIA E ESCOLA**

Trabalho de conclusão de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu/Ead do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria, com requisito para obtenção do título de **Especialista em Gestão da Educação Municipal**

Aprovado em _____

Prof^a. Dra. DANIELE RORATO SAGRILLO (UFSM)
(Presidente/ Orientador)

Prof^a. Dra. CLAIRE DELFINI VIANA CARDOSO

Dr. LEOCADIO JOSE CORREIA RIBAS LAMEIRA

Santa Maria, RS
2016

RESUMO

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E GESTÃO ESCOLAR: A RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA

AUTOR: Daniel Silveira

ORIENTADORA: Dr^a Daniele Rorato Sagrillo

O presente estudo objetivou analisar as ações direcionadas pela política educacional do município de Estrela Velha/RS, com foco na participação da família na vida escolar de seus filhos. Para tanto, optou-se metodologicamente por realizar um estudo qualitativo (MINAYO, 2001). Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se questionários que foram aplicados a cinco participantes. Os dados oriundos desta pesquisa foram analisados à luz de referenciais teóricos, que versam principalmente sobre políticas educacionais, gestão democrática e participação, como: Paro (1997), Dourado (2007), Libâneo (2002), entre outros. A legislação educacional também embasou o estudo, como: CF/88, LDB/96, PNE/2014, PME/2015. A partir deste estudo, constatou-se que a gestão escolar e as políticas educacionais municipais influenciam a participação das famílias na educação das crianças. Identificou-se que quando há acompanhamento da família, as crianças são mais motivadas e tem mais facilidades de inserirem-se de forma efetiva no processo de ensino-aprendizagem. Desta forma, o diálogo destacou-se como aspecto importante para fortalecer as relações das instituições (família e escola), pois a escola consegue favorecer as relações de cooperação com a família, construindo uma educação de qualidade para os educandos, contando com a participação de toda a comunidade escolar para construir e decidir os rumos que se pretende atingir.

Palavras-chave: Escola. Família. Gestão democrática. Políticas Educacionais.

ABSTRACT

EDUCATIONAL POLICIES AND SCHOOL MANAGEMENT: THE RELATIONSHIP BETWEEN FAMILY AND SCHOOL

AUTHOR: Daniel Silveira

ADVISOR: PhD. Daniele Rorato Sagrillo

This study aimed to analyze the actions directed by the educational policy of a town called Estrela Velha / RS, focusing on family participation in school life of their children. Therefore, it was decided methodologically to conduct a qualitative study (MINAYO, 2001). Data collection instrument was used questionnaires that were applied to five participants. Data from this study were analyzed based on theoretical frameworks, which focus mainly on educational policies, democratic management and participation, as Paro (1997), Dourado (2007), Libâneo (2002), among others. The educational legislation also underwrote the study, such as: CF / 88 LDB / 96 PNE / 2014 PME / 2015. From this study, it was found that the school management and municipal educational policies influence the participation of families in the education of children. It was found that when there is monitoring of the family, children are more motivated and have more facilities to insert themselves effectively in the teaching-learning process. In this way, the dialogue was highlighted as an important aspect to strengthen the relations of institutions (family and school) because the school can encourage cooperative relationships with family, building a quality education for the students, with the participation of whole school community to build and decide the direction to be achieved.

Keywords: School. Family. Democratic management. Educational policies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
CAPÍTULO I - Políticas Educacionais e Gestão Democrática Escolar	09
1.1 As políticas educacionais.....	09
1.2 A gestão democrática do ensino público.....	12
1.3 Os princípios da gestão democrática: participação, autonomia e descentralização.....	15
CAPÍTULO II - A Participação da Família	18
2.1. As mudanças cronológicas da família na história do Brasil.....	18
2.2 A participação da família na vida escolar da criança.....	21
2.3 O papel da escola nas propostas de aumento participação da família na formação das crianças.....	25
CAPÍTULO III - A Gestão Municipal e Escolar de Estrela Velha/RS: A Participação da Família em Foco	28
3.2 O contexto de Estrela Velha/RS: Situando o <i>lócus</i> da pesquisa...	29
3.3 O percurso metodológico.....	31
3.4 Resultados e discussão dos dados.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42
ANEXOS	46

INTRODUÇÃO

O presente estudo visa analisar as ações direcionadas pela política educacional do município de Estrela Velha/RS, com foco na participação da família na vida escolar de seus filhos.

Entende-se que uma educação de qualidade deve favorecer a relação entre escola e família, objetivando o desenvolvimento infantil por meio da integração entre a educação escolar e a educação realizada no meio familiar. Compreende-se assim, que a escola desempenha um importante papel ao propor e viabilizar o aumento da participação da família na formação educacional das crianças.

Dessa forma, ações direcionadas envolvendo um trabalho escolar comprometido com a realidade dos alunos, assim como de conscientização dos pais e/ou responsáveis para a importância de sua participação no cotidiano escolar dos filhos, podem contribuir significativamente para o processo de ensino-aprendizagem.

Sabe-se que as responsabilidades devem ser compartilhadas entre família e escola. Para tanto, é necessário um trabalho conjunto entre a instituição escolar e a família, definindo os papéis e atribuições de cada um na formação dos educandos. As práticas educativas também precisam contemplar diferentes instrumentos e atividades interdisciplinares para que os alunos sintam-se parte do processo e não meros receptores de conhecimento, priorizando uma educação voltada aos valores, ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, enfim, uma educação para cidadania onde cada membro envolvido nesse processo seja indispensável para seu sucesso.

Atualmente as mudanças políticas e econômicas, têm afetado diretamente as estruturas familiares, bem como, no modo em que as famílias se envolvem com a educação dos filhos, por vezes deixando esta em segundo plano ou a cargo exclusivamente da escola. Diante destas mudanças, a escola tem buscado o estreitamento das relações com as famílias, numa proposta mais dinâmica e interativa, através de políticas educacionais e na busca constante da construção de uma gestão democrática nas escolas, pois é imprescindível que os pais estejam em sintonia com o ambiente escolar para garantir participação e melhoria educacional dos filhos. Entende-se assim, que a escola ao proporcionar uma gestão democrática

que favoreça a participação dos pais, além de envolver esse grupo no processo ensino-aprendizagem das crianças, também possibilita englobá-los na tomada de decisões junto aos conselhos escolares, Círculo de Pais e Mestres (CPMs), nos projetos que definam os rumos da escola e da educação das crianças.

Na realidade das escolas municipais, verificava-se que a representatividade e participação das famílias na vida escolar das crianças encontravam-se abaladas e com pouca expressão. Identificou-se assim, a importância de realizar algo que resgatasse a presença dos pais na escola, auxiliando nas melhorias fundamentais para se atingir uma educação de qualidade no município. Diante desse contexto, a gestão municipal, assim como as gestões escolares tentaram criar alternativas, desenvolvendo projetos que envolvessem diretamente as famílias, visando também fortalecer os laços entre escola e família.

Portanto, as percepções que essas situações de afastamento entre família e escola prejudicavam a rotina escolar dos alunos impulsionaram a necessidade da escola “correr” atrás do prejuízo e criar mecanismos que resgatassem se, não total, mas pelo menos em boa parte, os vínculos essenciais entre essas instituições que são fundamentais para a formação de indivíduos responsáveis, críticos, capazes de se relacionar com a sociedade e com as diferenças. Foram essas ações municipais e as inquietudes oriundas das observações do cotidiano das escolas que motivaram a realização desta pesquisa.

Segundo Paro (1997, p.30), em estudo realizado sobre o papel da família no desenvolvimento escolar de alunos do ensino fundamental, “a escola deve utilizar todas as oportunidades de contato com os pais, para passar informações relevantes sobre seus objetivos, recursos, problemas e também sobre as questões pedagógicas”. Só assim, a família poderá se sentir comprometida com a melhoria da qualidade escolar, com o desenvolvimento integral de seu filho, ou seja, a família participando efetivamente nos rumos da escola como um todo, auxiliando na construção de projetos, melhorias na infraestrutura, na escolha das prioridades de investimentos, entre outros.

Porém, a trajetória para alcançar os resultados almejados é longa e complexa, pois existem, atualmente, diversos modelos de organizações familiares, muitas vezes, desestruturadas, que automaticamente abandonam seus deveres primários e fundamentais com seus filhos, deixando também de auxiliar e

acompanhar a vida escolar e, assim, delegam toda essa tarefa como de responsabilidade exclusiva da escola.

Com o propósito de compreender melhor essas ações no contexto escolar, objetivou-se através deste estudo entender como a gestão escolar e as políticas educacionais no âmbito do município de Estrela Velha/RS vêm influenciando a participação da família na vida escolar de seus filhos e qual seu papel no desenvolvimento das relações de ensino e de aprendizagem. Deste objetivo, ramificam-se objetivos específicos que pretenderam: analisar os projetos desenvolvidos, a fim de compreender as propostas e ações escolares de envolvendo a participação da família educação das crianças; identificar se os projetos desenvolvidos nas escolas estimularam ou não a participação dos pais; evidenciar qual(is) o(s) principal(is) fator(es) que estimula(m) a participação da família; compreender o impacto da participação dos pais na vida escolar dos filhos.

Na tentativa de atingir os objetivos propostos, o presente estudo será apresentado em três capítulos, sendo que o primeiro aborda a política educacional e a gestão democrática escolar, onde será abordado os aspectos relevantes para se constituir uma gestão democrática na escola pública, bem como as políticas educacionais desenvolvidas no município de Estrela Velha. O tema será embasado na legislação vigente, como a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.396/1996), Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e Adolescente (1990), Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e Plano Municipal de Educação (Lei nº 1.200/2015).

O segundo capítulo aborda, a participação da família na vida escolar dos filhos, as mudanças cronológicas da família na história do Brasil e o papel da escola nas propostas de aumento da participação da família na formação das crianças.

O terceiro capítulo destina-se à metodologia da pesquisa, a apresentação do contexto escolar estudado, assim como expõe os dados e elementos obtidos através da aplicação do instrumento de pesquisa com os sujeitos investigados. Por fim, nas considerações finais, pretende-se uma síntese que responda pelos objetivos da presente pesquisa.

CAPÍTULO I

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR

A gestão democrática tem sido defendida como dinâmica a ser efetivada nas unidades escolares, visando garantir processos coletivos de participação e decisão. Contudo, a gestão democrática toma força e se concretiza com a aplicação de políticas públicas educacionais, com Programas e Planos de governo voltados a melhoria da educação. Considera-se importante salientar que as mudanças vivenciadas nas últimas duas décadas na educação brasileira estão envoltas na evolução da LDB de 1996 e, especialmente, no desenvolvimento de Políticas Públicas Educacionais voltadas para a construção de uma educação inclusiva, cidadã e de qualidade.

As Políticas Públicas Educacionais são de extrema importância no que se relaciona a tornar o ensino fundamental público, foco deste estudo, mais qualitativo, em todos os âmbitos, formando assim, verdadeiros cidadãos. O Brasil passou nas décadas de 70 e 80 por um processo de impedimento do crescimento intelectual e escolar. Neste sentido, a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e a LDB nº 9.394/1996 foram instrumentos da reconstrução de um país efetivamente democrático, em que a educação não apenas torna-se um direito de crianças e adolescentes, mas um dever do Poder Público, família, escola e toda a sociedade.

1.1 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

As políticas educacionais estão inseridas no contexto das políticas públicas, neste sentido, é importante ter o entendimento do que vem a ser Política Pública, que de acordo com a etimologia da palavra, política é de origem grega, politikó, que exprime a condição de liberdade nas decisões sobre os rumos da cidade, a pólis. “Já a palavra pública é de origem latina, publica, e significa povo, do povo”. Portanto, refere-se à “participação do povo nas decisões da cidade” (OLIVEIRA, 2012, p.1).

Para Azevedo (2011, p.17), “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. Em outras palavras, por políticas públicas compreende-se todo o conjunto de atos, planos, metas e programas do Estado, representado pelos atores políticos eleitos, que visam atender as demandas e anseios da sociedade.

Para o mesmo autor, as políticas públicas têm duas características gerais: a primeira é a “busca do consenso em torno do que se pretende fazer e deixar de fazer. Assim, quanto maior for o consenso, melhores as condições de aprovação e implementação das políticas propostas”. A segunda envolve a definição de normas “tanto para a ação como para a resolução dos eventuais conflitos entre os diversos indivíduos e agentes sociais e o processamento de conflitos” (AZEVEDO, 2011, p.17).

Neste ínterim, segundo Oliveira (2010, p.4),

Se ‘políticas públicas’ é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação [...].

Corroborar-se com Ferreira e Santos (2014, p.149), que políticas Públicas na educação referem-se a uma “abordagem de articulação de projetos que envolvem o Estado e a sociedade, na busca pela construção de uma educação mais inclusiva e de melhor qualidade, ou seja, que resgate a construção da cidadania”. Assim, a compreensão do sistema educativo adotado e as Políticas Públicas direcionadas para a educação, são “elementos que demonstram a preocupação do país com o seu futuro, pois somente, o ensino público gratuito, inclusivo e de qualidade pode construir uma sociedade em que as diferenças socioculturais e socioeconômicas não sejam tão díspares” (FERREIRA; SANTOS, 2014, p.149).

Algumas importantes políticas criadas nas últimas décadas podem ser explicitadas, para além das já mencionadas Constituição de 1988 e LDB nº 9.394/1996, como o FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica) por redistribuir, dentro de cada estado, entre o governo estadual e as prefeituras, uma parte dos impostos vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

O Município de Estrela Velha/RS, além de contar com recursos oriundos do FUNDEB, assegura um percentual de orçamento próprio para investimento em educação, pois os valores repassados das esferas Federal e Estadual não são suficientes para manter as escolas com materiais pedagógicos, transporte escolar, alimentação escolar, remuneração dos profissionais, infraestrutura dos prédios. Nos últimos anos o percentual investido em educação no município se manteve acima dos 30%, onde a obrigação por lei é de no mínimo 25% (Constituição Federal. Art. 212).

A elaboração e a aprovação do PNE (Plano Nacional de Educação), Lei nº 13.005/2014 também representou uma expressiva conquista, ao estabelecer metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos, tornando-se uma política de Estado ao ultrapassar mandatos de governos, assim como pela ampla participação da sociedade civil em sua construção. Em consonância com estabelecido no PNE/2014, o Município de Estrela Velha/RS elaborou e aprovou seu correspondente Plano Municipal de Educação, através da Lei nº1.200/2015, respeitando as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE/2014.

A questão da valorização docente é outra ação que as políticas educacionais impulsionaram uma significativa mudança, com a aprovação da Lei nº11.738/2008, instituindo o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. O Governo Federal através dessa mesma Lei garantiu a composição da jornada de trabalho, de no limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos. A valorização docente também foi abordada e regulamentada nos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação.

Uma das ações de valorização dos profissionais do magistério municipal de Estrela Velha/RS, foi a criação por força de Lei do Plano de Carreira (Lei nº 630/2005) que assegura quadro de cargos, dispõe sobre o regime de trabalho e plano de pagamento dos profissionais da educação. Já a Lei Municipal de nº 631/2005, estabelece critérios e procedimentos para avaliação de desempenho para fins de promoção na carreira.

A Secretaria Municipal de Educação de Estrela Velha incentiva a formação continuada dos professores através da participação em cursos, palestras e seminários, ofertados a cada ano. Também acontecem reuniões e jornadas

pedagógicas com o intuito de discutir temáticas pertinentes à realidade educacional e à formação continuada.

A partir dos programas e projetos a Secretaria da Educação e as escolas do município visam executar as políticas educacionais, convocando a comunidade escolar como parceira no fortalecimento da comunicação dialógica entre seus participantes (direção escolar, professores, pais, alunos, enfim toda comunidade escolar), no sentido de desenvolver ações vinculadas à busca de uma educação de qualidade definidas e defendidas por todos. Com este intuito, de promoção de uma gestão democrática que se abordará a próxima seção.

1.2 A GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO

A gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola.

Para Dourado (2007), essa união dos segmentos deve ter com rumo norteador uma concepção de educação como prática social,

[...] como processo amplo de socialização da cultura, historicamente produzida pelo homem, e a escola, como lócus privilegiado de produção e apropriação do saber, cujas políticas, gestão e processos se organizam, coletivamente ou não, em prol dos objetivos de formação. (DOURADO, 2007, p.923).

Segundo Jardim e Silva (2016, p. 10), a escola é um lugar de diferentes ideias e concepções, por isso, “local fundamental para o desenvolvimento da democracia participativa, deve ser um meio para uma escalada de ascensão econômico-social e não espaço de reprodução e perpetuação das desigualdades sociais”. Neste patamar, “precisa criar condições para que seus alunos acreditem em sua capacidade de superarem desafios”, preparando-os para as oportunidades futuras que venham surgir, para o alcance de uma profissão com boas condições de trabalho, ascensão profissional e social.

Nesse sentido, a unidade escolar é o lugar onde se concretiza o objetivo máximo do sistema escolar, ou seja, o atendimento direto de seus usuários nas relações de ensino-aprendizagem. É nela que as metas governamentais são atingidas ou não, e que as políticas educacionais se realizam tal como o previsto ou sofrem distorções. (OLIVEIRA, [20--], p. 09)

Portanto, ao afirmar a necessidade de uma gestão democrática por parte da escola, acredita-se que a solução para tal embate seja aproximar a família para a “escola através de instrumentos comunicativos que realmente sejam efetivos, que não sirvam somente para informar, mas para coletivizar conhecimentos, onde ambas possam comparar, construir e reformular seus métodos e perspectivas de ensino” (SOARES, 2010, p. 01)

Uma vez que, a família tenha definido de forma clara sua função na formação escolar do aluno, poderá cooperativamente com a escola juntar força em prol da qualidade educacional desejada.

A escola, que atualmente, é perpassada por várias políticas educacionais para atingir seus objetivos, será peça fundamental não só para o aluno, mas também para auxiliar os pais, pois precisará ouvir, orientar, participar e executar uma educação voltada aos valores éticos e sociais, sendo formadora das qualidades políticas e sociais desses cidadãos, percebendo que a transformação social, o saber sobre política e convivência social se dá e se constrói pela própria prática social. Tendo em vista que a escola não é espaço exclusivo para fomentar esses valores, conhecimentos, mas desenvolvedora de capacidades e habilidades para se atingir essa democracia e por consequência a qualidade da educação oferecida pela escola e a que é oferecida fora dela.

Cada vez mais se afirma a participação da comunidade (especialmente dos pais), não apenas como um direito de controle democrático sobre os serviços do Estado, mas também como uma necessidade do próprio empreendimento pedagógico que é levado a efeito na escola, mas que supõe seu enraizamento e continuidade com todo processo de formação do cidadão que se dá no todo da sociedade. (PARO, 2001, p.85).

Nessa perspectiva, segundo Dourado, em seu artigo “Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas” (2007, p. 04), “a articulação e a rediscussão de diferentes ações e programas, direcionados à gestão educacional, devem ter por norte uma concepção ampla de gestão que considere a centralidade

das políticas educacionais e dos projetos pedagógicos das escolas, bem como a implementação de processos de participação e decisão nessas instâncias, balizados pelo resgate do direito social à educação e à escola, pela implementação da autonomia nesses espaços sociais e, ainda, pela efetiva articulação com os projetos de gestão federal, das secretarias, com os projetos político-pedagógicos das escolas e com o amplo envolvimento da sociedade civil organizada”.

O espaço da escola é visto como equipamento público a serviço da comunidade cuja utilização deve ser ampliada com a realização de atividades comunitárias, como oficinas para geração de renda e trabalho. Os responsáveis pelos alunos são tratados como parte da comunidade escolar representando seus pares em conselhos escolares, associações de pais, e até participando como voluntários em ações cotidianas da escola, inclusive em alguns casos como auxiliares das professoras em sala de aula. Os eventos abertos ao público costumam ser planejados conjuntamente por representantes de pais e equipe escolar. No entanto, a ação propriamente pedagógica continua sendo uma questão de especialistas e um pedaço da conversa onde não cabe bem a opinião familiar.[...] Sendo assim – e sem deixar de reconhecer que os mecanismos de participação e gestão democrática são conquistas preciosas e relevantes -, a forma como eles são praticados deve ser objeto de atenção cuidadosa por parte das escolas e redes de ensino. A legitimidade é uma moeda importante na gestão escolar/educacional. Além disso, cabe lembrar que há hoje programas de formação de conselhos municipais de educação, conselhos escolares e outros, que ajudam qualificar esses processos de decisão coletiva. (CASTRO; REGATTIERI, 2010, p. 35-36).

A prática de gestão democrática busca organizar um currículo voltado ao desenvolvimento de uma educação de qualidade, em que os pais assumam a corresponsabilidade de acompanharem os estudos dos filhos, com a finalidade de contribuir para o sucesso do ensino, a partir de uma sistemática de trabalho conjunta entre equipe diretiva, professores, família e comunidade escolar, a fim de melhorar o gerenciamento das atividades pedagógicas da escola. A Constituição Federal/88, no art. 206 estabeleceu princípios para a educação brasileira, dentre eles: obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e gestão democrática, sendo esses regulamentados através de leis complementares.

Conforme a LDB nº9.394/1996,

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A democratização da gestão é defendida enquanto possibilidade de melhoria na qualidade pedagógica do processo educacional das escolas, na construção de um currículo pautado na realidade local, na maior integração entre os agentes envolvidos na escola e com o apoio efetivo da comunidade. No município estudado, o Projeto Político Pedagógico das escolas, trata da gestão democrática como “a participação de todos os segmentos da escola, direção, professores, setor pedagógico, professores, alunos e funcionários na discussão da proposta pedagógica e na elaboração do Regimento Escolar da escola”. Gestão democrática é coletivizar as ações. No Plano Municipal de Educação (Lei Municipal nº 1.200/2015), uma das diretrizes é “VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública”, e incentivar “que as organizações representativas dos segmentos da comunidade escolar, Círculos de Pais e Mestres, Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis e outros, sejam espaços de participação social na gestão democrática escolar e de exercício cotidiano da cidadania, garantindo espaços apropriados para estas atividades”.

1.3 OS PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: PARTICIPAÇÃO, AUTONOMIA E DESCENTRALIZAÇÃO

A gestão democrática objetiva a participação do coletivo na organização e representação do processo educacional, fazendo que cada membro envolvido se sinta importante e parte desta construção. Porém, ela não acontece ao acaso, para Libâneo (2002, p.87), a participação é o “principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar”.

A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre

professores, alunos e pais, oportunizando ao grupo de profissionais a prática de intervir nas decisões da organização e definir coletivamente o rumo dos trabalhos.

Diante de tudo isso, e tendo em conta que a participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico de construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública. Isso parece tanto mais necessário quanto mais considerarmos nossa sociedade, com tradição de autoritarismo, de poder altamente concentrado e de exclusão da divergência nas discussões e decisões (PARO, 1993, p.263-264).

Conforme o artigo de Ferreira (2009, p. 04) (Descentralização do Poder: A Prática da Gestão Democrática e Participativa na Escola) é

por meio da gestão democrática participativa é possível partilhar decisões, avaliar situações de diferentes pontos de vista, promover e instigar o interesse de todos os envolvidos com a escola (direta ou indiretamente) para que se encontre, perceba-se e perpetue-se uma educação emancipadora, coerente e transformadora.

A partir do momento que existe participação, os gestores escolares podem compartilhar e descentralizar as tomadas de decisões com os demais envolvidos, levando em consideração ideias e opiniões que possam auxiliar na construção do trabalho. Por isso, é preciso que a gestão esteja alicerçada nas políticas públicas e na comunidade em que a instituição esteja inserida. Estabelecem-se vários compromissos com: a formação para a cidadania e para a emancipação social; a participação e autonomia para tomada de decisões pertinentes às melhorias do ambiente escolar e da comunidade; a preocupação de se atingir os objetivos e metas propostos pelo projeto político pedagógico da instituição e a necessidade de adequar-se às políticas públicas educacionais, fazem da gestão escolar um desafio ao gestores.

A proposta da gestão democrática parte do pressuposto de que a tomada de decisões e dos processos decisórios seja descentralizadora: que envolvam todos os membros da equipe escolar, fazendo, assim, com que haja construção de uma compreensão diferenciada do ambiente escolar como um espaço público, democrático e solidário. Paro (1991) coloca que a participação no âmbito escolar não deve ficar atrelada somente aos processos decisórios, deve contemplar,

também, a participação na elaboração e execução dos projetos. Não basta, apenas, partilhar do poder de decisão, é necessário partilhar das responsabilidades pelas realizações e concretizações, assumir o ônus e gozar do bônus coletivamente.

O conceito de participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, estrutura e organização e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação (LIBÂNEO, 2001, p.102).

Por meio da gestão democrática e participativa, descentraliza-se o poder das mãos de um único indivíduo, atribuindo participação e responsabilidade a todos os sujeitos envolvidos e interessados com o contexto educacional e na formação emancipadora da sociedade contemporânea.

CAPÍTULO II

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA

A escola, considerada como espaço executor das políticas educacionais, deve convocar a comunidade como parceira na promoção da gestão democrática. A partir do entendimento que a gestão escolar democrática visa a participação efetiva da comunidade, nas discussões, sugestões e decisões de interesse educacional, que este capítulo tem como objetivo abordar a participação da família na vida escolar dos filhos e o papel da escola nas propostas de aumento da participação, principalmente da família na formação das crianças. Sendo assim, num primeiro momento cabe tratar, mesmo que brevemente, sobre as mudanças ocorridas na história da instituição família, ao longo dos tempos.

2.1 AS MUDANÇAS CRONOLÓGICAS DA FAMÍLIA NA HISTÓRIA DO BRASIL

Ao longo da história do Brasil, a estrutura familiar passou por várias transformações políticas, econômicas e sociais. A história brasileira foi marcada pelo trabalho escravo e pela produção rural para a exportação.

No século XIX, a ideia de família girava em torno do pai, da mãe e do filho. Denominada assim de família nuclear. Tal concepção de família considerava o pai o "poderoso chefe", aquele que dita as regras e determina os valores que irão ser desencadeados dentro do ambiente familiar e educação dos filhos, que nesta época os cuidados com as crianças era de responsabilidade das mães.

Segundo Bock (2002), após várias mudanças da sociedade e com o fim da escravidão, este modelo de família nuclear burguesa, impulsionado com o processo de industrialização e modernização do país, era constituído em pai-mãe-prole, considerado como estrutura familiar ideal pelo modo dominante de pensar na sociedade. Qualquer modo de organização familiar era considerado como desestruturados, desorganizados e problemáticos.

Com o passar dos tempos, muitas transformações ocorreram no ambiente familiar, as mães passavam a conviver cada vez menos com seus filhos, pois era

preciso trabalhar fora, para auxiliar no sustento da família, tratar da educação da criança, governar a casa e, ainda, satisfazer as vontades do marido, o qual era responsável, muitas vezes, apenas por zelar pelo patrimônio econômico.

Embora houvesse novas práticas de sociabilidade, a família não mudou muito as relações entre homem e mulher, pois o homem continua sendo um ser “superior do espaço”, enquanto a mulher, aos poucos, vai assumindo uma nova posição de “senhora” do espaço privado, “rainha do lar”. Ela passa a assumir o papel de esposa dedicada, mãe responsável pela educação dos filhos, ensinando-os a ler e escrever e, ainda, dedica-se aos afazeres de sua casa.

No seio da família, a dominação masculina pode ser observada em praticamente todas as atitudes. Ainda que a mulher trabalhe fora de casa em troca de um salário, cabe-lhe realizar todas as tarefas domésticas. Como, de acordo com o modelo, os afazeres domésticos são considerados “coisas de mulher”, o homem raramente se dispõe a colaborar para tornar menos dura a vida de sua companheira. Não raro, ainda se faz servir, julgando-se no direito de estrilar se o jantar não sai a seu gosto ou se sua mulher não chega a tempo, trazendo-lhe os chinelos (SAFFIOTI, 1987, p.50).

Conforme estudo de Pereira (1995), a interferência da economia capitalista na situação econômica e social, a partir da década de 80, provocou nas famílias diversificadas reestruturações, como:

Queda da taxa de fecundidade, devido ao acesso aos métodos contraceptivos e de esterilização [...] tendência de envelhecimento populacional [...] declínio do número de casamentos e aumento da dissolução dos vínculos matrimoniais constituídos, com crescimento das taxas de pessoas vivendo sozinhas [...] aumento do número de famílias chefiadas por uma só pessoa, principalmente por mulheres, que trabalham fora e têm menos tempo para cuidar da casa e dos filhos (PEREIRA, 1995, p. 48).

Neste contexto, surgem estruturas familiares através das uniões estáveis que resultam, muitas vezes, na convivência de filhos de casamentos anteriores e famílias monoparentais chefiadas por apenas um membro, além do surgimento da família homossexual, a qual vem concretizar as multifaces da sociedade. A fragilização do contexto familiar e as mutações constantes nos papéis destinados ao homem e a mulher interferiram nas relações com os filhos, no trabalho, ou em qualquer outra atividade humana frente ao contexto social.

A organização familiar transforma-se no decorrer da história do homem. A família está inserida na base material da sociedade ou, dito de outro modo, as condições históricas e as mudanças sociais determinam a forma como a família irá se organizar para cumprir sua função social (BOCK et al., 2002, p.248).

As diferentes configurações e papéis que as famílias sofreram no decorrer dos anos não podem influenciar na importância da participação efetiva da família no que se refere à capacidade de cuidar e proteger seus membros. Deste modo, o pai ou a mãe embora queiram o melhor para seus filhos passarão aquilo que aprenderam com os pais. É primordial que a família participe ativamente do desenvolvimento da criança propiciando seu bem-estar. Neste sentido, ela desempenha um importante papel na educação e formação da criança, em seu espaço que são absorvidos os primeiros valores éticos e humanitários. É, também, em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais em seus mais variados grupos.

Neste sentido, a escola também atua nesta formação, pois conforme retratado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (2001, p. 46), a mesma

[...] precisa assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites, propiciando às crianças pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional.

Ao longo da história, a família tem ganhado mais espaço nas instituições educacionais, inclusive em virtude das mudanças nas políticas educacionais das últimas décadas, podendo participar e assistir de perto a evolução educacional de seus filhos. Porém, muitas vezes, as famílias costumam delegar mais funções a escola e se abster de suas responsabilidades no que diz respeito à educação, o que dificulta uma melhor aprendizagem.

Entende-se dessa forma, que a família independente do modelo no qual se apresente, deve ser um espaço de afetividade e de segurança, responsável pela primeira educação da criança. Portanto, a escola vem complementar e passa a contribuir no desenvolvimento educacional dos alunos como a continuação e/ou evolução do que a família ensinou como primeira educação.

2.2 A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA VIDA ESCOLAR DA CRIANÇA

Pode-se perceber nos estudos de Vasconcelos (1989) que cada vez mais os alunos vêm para a escola com menos limites trabalhados pela família. Muitos pais chegam mesmo a passar toda responsabilidade para a escola. Perante essa realidade a escola se vê diante de problemas educacionais agregados à desordem, ao desrespeito as regras de conduta e à falta de limites com seus alunos que considera como responsabilidade da família. Os pais por sua vez, muitas vezes, culpam a escola de estar aplicando ensinamentos equivocados aos alunos. Essa situação gera desconfiança e um descrédito com relação ao trabalho desenvolvido nas escolas, além de atrapalhar a vida escolar das crianças.

No entanto, cabe à escola dar o primeiro passo em busca de um diálogo mais esclarecedor com a família, pois embora a escola saiba da importância da família, de acordo com os estudos levantados por Paro (1993, p.68), ainda carecem de encaminhá-la de forma efetiva: “parece haver, uma incapacidade de compreensão por parte dos pais, daquilo que é transmitido na escola; por outro lado, uma falta de habilidade dos professores para promoverem essa comunicação”.

Para que essas instituições possam caminhar em sintonia e com comungar dos mesmos objetivos quando se refere à educação, cada uma deve assumir seu papel sem criar desculpas para se eximir das responsabilidades.

Segundo estudo realizado por Cavalcante (1998), as escolas precisam manter uma comunicação clara com os pais para promover as parcerias.

[...] deve-se fazer um esforço para comunicar-se com os pais de maneira inteligível. Por exemplo, deve-se evitar o uso de jargões e linguagem rebuscada, cuja função pode ser somente de intimidação, criando uma distancia difícil de ser ultrapassada. Além disso, cada família, dependendo de sua origem cultural, tem um estilo próprio de comunicação cujas diferentes nuances devem também ser consideradas, na medida do possível, quando se procura uma comunicação efetiva. (CAVALCANTE, 1998, p.5).

Conforme relata Soares

nos momentos de interação entre escola e família é preciso conceber que a capacidade de comunicação exige a compreensão da mensagem que o

outro quer transmitir e para tal faz-se necessário o desejo de querer escutar o outro, a atenção às ideias emitidas e a flexibilidade para se receber as ideias que podem ser diferentes, mas complementares. (SOARES. 2010, p. 16)

Os pais precisam se sentir importantes para a escola, isso os motiva a participar e essa participação será produtiva na medida em que resultados sirvam para fortalecer a educação dos filhos.

A diferença entre as duas instituições é explicitada pelo fato de a escola contar com os especialistas em educação: os professores. A educação escolar é formal, conta com profissionais que estudaram para exercer suas funções. Esses profissionais, por sua vez, contam com legislação e documentos, como Parâmetros Curriculares Nacionais, para fundamentarem a sua prática e, finalmente, são remunerados para formarem seus alunos como cidadãos. (CAETANO, 2014, p. 22-23).

“Apesar dos entraves, a educação, tanto na família como na escola, não pode ser mecânica e arbitrária. É preciso ajudar a criança a encontrar significado no aprendizado, proporcionar-lhe uma abertura para a vida” (SOARES. 2010, p.04). Nesta perspectiva, Chalita (2001, p.120) destaca que: “a responsabilidade de educar não é apenas da escola, é de toda a sociedade, a começar pela família”. “Assim, é possível constatar que a participação entre escola e família, são fatores predominantes de desenvolvimento educacional e comportamental da criança.”(SOARES. 2010, p.04). Sabe-se que a família, por mais que tenha inúmeras responsabilidades educacionais sobre a criança, necessita de auxílio para efetivar este ensino com qualidade, como destaca Parolim (2007, p.14): “sabemos que a família está precisando da parceria das escolas, que ela sozinha não dá conta da educação e socialização dos filhos”. Como consequência disso, a educação fornecida nestas duas instituições, ao invés de se complementarem, concorrem entre si, conforme a mesma autora destaca: “os professores afirmam que as posturas familiares são adversas às posturas que adotam na escola com os alunos, como agravante em termos das suas aprendizagens”.

As políticas educacionais efetivamente implicam no envolvimento e no comprometimento de diferentes atores, incluindo gestores e professores vinculados aos diferentes sistemas de ensino. No entanto, o sucesso da educação dos alunos que é por muitas vezes, delegado como responsabilidade apenas da escola, deve

obrigatoriamente ser compartilhado com a família. Na Constituição Federal de 1988, fica claro das responsabilidades com a educação.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal, 1988)

A participação da família no contexto escolar é uma necessidade contemporânea, almejada por todos, independente dos níveis de ensino.

A busca de uma harmonia entre família e escola deve fazer parte de qualquer trabalho educativo que tem como foco a formação de indivíduos, pois esta harmonia tem sido apontada como parte fundamental do sucesso ou fracasso escolar. Considerando que o ser humano aprende o tempo todo, nos mais diversos interesses que a vida lhe apresenta, o papel da família é essencial, pois é ela que determina, desde cedo, o que seus filhos precisam aprender, o que é necessário saberem para tomarem as decisões. (REIS. 2010. p.11)

Vários são os benefícios da participação da família no cotidiano escolar, fazendo-se necessário que a escola busque a participação dos pais na vida escolar de seus filhos, pois os membros familiares poderão prestar o suporte necessário para que as crianças se desenvolvam integralmente. A família tem papel fundamental na aprendizagem das crianças, cabendo a ela a complementação e acompanhamento do rendimento e frequência escolar dos alunos, além de demonstrar a importância e o verdadeiro valor que a educação deve ter. A realidade tem mostrado que os pais estão ausentes do cotidiano escolar das crianças, sendo urgente a necessidade das escolas encontrarem os caminhos necessários para o resgate da educação, buscando a participação dos pais em todas as ações desenvolvidas pela instituição escola, na busca de uma aprendizagem mais efetiva e funcional.

Muitos especialistas no assunto acreditam que o afeto encontrado no seio familiar pode ser entendido como a energia necessária para que a estrutura cognitiva passe a operar, influenciando a velocidade com que se constrói o conhecimento, ou seja, quando a criança se sente mais segura, aprende com mais facilidade. (SOUSA; JOSÉ FILHO, 2008, p. 3).

As ligações emocionais são necessárias para o desenvolvimento da natureza humana, já que uma criança tem que experimentar relações primárias a fim de se relacionar com outras pessoas e desenvolver uma segurança psicológica básica. As reações emocionais também estão na base da motivação da aprendizagem. Pelo fato de a criança procurar a aprovação e o amor dos outros, ela é motivada a pensar e a se comportar como eles desejam, além de basear seu comportamento no deles. (SOUSA; JOSÉ FILHO, 2008, p. 3).

Família e escola devem manifestar laços mútuos de confiança, estando abertas a diálogos e a convivência verdadeiramente humana, em parceria na convivência escolar.

Independentemente de como a família é constituída, esta é uma instituição fundamental da sociedade, pois é nela que se espera que ocorra o processo de socialização primária, onde ocorrerá a formação de valores. Este sistema de valores só será confrontado no processo de socialização secundário, isto é, através da escolarização e profissionalização, principalmente na adolescência. (VALADÃO; SANTOS apud SOUSA; JOSÉ FILHO, 2008, p.3).

Em contrapartida, é necessário que a escola valorize as vivências trazidas pela criança, levando-a ao saber, promovendo uma educação baseada nas experiências e na realidade em que vivem e compreender qual o papel desempenhado pela família e pela escola no que se refere à participação efetiva dos pais na vida escolar dos filhos, analisando como esta parceria pode contribuir para a formação plena do indivíduo. A parceria ideal entre escola e família pressupõe, de ambas as partes, “a compreensão de que a relação família-escola deve se configurar de forma que os pais não responsabilizem somente a escola pela educação de seus filhos, mas sim promova uma união entre ambos” (KOLLETT. 2013, não paginado). Isso não exime a escola de sua responsabilidade como agente formador, porém atribui a ela a função que realmente lhe cabe.

Segundo Tiba (2007, p.187), “a educação escolar é diferente da educação familiar. Não há como uma substituir a outra, pois ambas são complementares. Não se pode delegar à escola parte da educação familiar, pois esta é única e exclusiva, voltada à formação do caráter e aos padrões de comportamentos familiares”. A

escola é um ambiente importante de convívio no qual recebem estímulos, espaço para a socialização e tem o objetivo de preparar o aluno profissionalmente.

A legislação vigente expõe o papel da escola e da família frente à formação de cada cidadão, delegando responsabilidades para a consecução dessa intenção. A escola tem seu papel definido na formação intelectual do indivíduo, mas deve andar de mãos dadas com a família, para que possa haver a garantia de sucesso escolar do nosso alunado. (SILVA. 2014, não paginado.)

2.3 O PAPEL DA ESCOLA NAS PROPOSTAS DE AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA FORMAÇÃO DAS CRIANÇAS

Considerando que tanto escola, quanto família desempenham papel primordial na educação da criança, acredita-se que necessariamente deve existir uma cooperação mútua de ambas as partes.

A família e a escola são contextos de desenvolvimento e aprendizagem e apenas essa constatação deveria bastar e ser suficiente para justificar a necessidade de que escola e família trabalhassem cooperativamente. [...] As duas instituições têm função educativa e a grande dificuldade da relação entre família e escola está na transferência de papel da escola para a família e vice-versa. A definição desses papéis é algo muito simples e direto: a escola é espaço coletivo, portanto, lugar de a criança ser educada para a cidadania, enquanto a família é espaço privado, e os pais devem ensinar os seus filhos a viver. (CAETANO; YAEGASHI, 2014, p. 22).

O mundo do trabalho vem exigindo cada vez mais da sociedade uma dedicação exclusiva, alienando assim o indivíduo, fazendo que viva expressamente para o mercado de trabalho, visando apenas à lucratividade e ressaltando as desigualdades sociais. Esse sistema tem afetado diretamente as famílias, pois os pais correm atrás do mercado de trabalho e acabam por, muitas vezes, esquecer suas atribuições no núcleo familiar, deixando em segundo plano seu papel como responsável primeiro dos filhos. Desse modo,

[...] a família está deixando que a escola eduque seus filhos, como se os pais vissem a escola como única responsável pela formação da criança e do jovem. Deixam os seus filhos na escola por quase duas décadas e, depois aparecem para busca-los, a fim de conferir o resultado, transformando a educação formal em uma espécie de loteria educativa. (CAETANO; YAEGASHI, 2014, p.20).

Um fator importante que se apresenta na insatisfação, no desenvolvimento escolar e social das crianças é a desestrutura no ambiente familiar, “pois se o mesmo não possuir estrutura favorável para proporcionar uma educação eficiente, possivelmente, as crianças apresentarão dificuldades no aprendizado.” (BETTINARDI. 2012, não paginado). Constata-se que para haver a participação e interação de família e escola, potencializando o desenvolvimento da criança no processo educacional, e considerando os vários modelos de estrutura familiar, cabe à escola a implantação e aplicação de políticas educacionais, bem como projetos pedagógicos que favoreçam o trabalho em conjunto entre essas instituições, proporcionando mais educação de qualidade embasada nos princípios mais importantes de um ser humano.

A escola como detentora do conhecimento científico deve fornecer e promover nessa relação, todo seu aparato de conhecimento de forma que esse esforço leve em consideração os aspectos particulares da situação social e cultural hora vigente, e que influenciam de forma decisiva o equilíbrio e o envolvimento familiar na vida escolar da criança. (HOLANDA. 2015, não paginado)

Atualmente as escolas são penalizadas pelos baixos índices de participação e apoio das famílias no contexto escolar dos filhos. A falta de cooperação entre os entes responsáveis pela educação cria uma situação de desconforto nas escolas e ao mesmo tempo uma sobrecarga aos professores, que por vezes, além de sua função como educador, precisam desempenhar atribuições que são de incumbência dos pais. Essa realidade cria uma situação de insegurança para os professores, pois além de não contar com o apoio da família, se deparam com escolas desestruturadas, sem uma equipe de apoio, com falta de profissionais para auxiliar.

O professor se sente acuado, pois se sente sozinho diante dos pais; se faz parte de uma equipe, começa a se sentir mais confiante, pois tem seus colegas para com ele caminhar nessa tarefa. Fico constrangida quando ouço professores falarem que não são educadores, mas professores. Admiro a palavra professor, e eu gostaria que todos fossem professores. Mas professor não é aquele que apenas instrui, no sentido do conhecimento, mas aquele que ajuda na formação para a vida pública e ensina a disciplina para o conhecimento. (SAYÃO, 2011. p. 45).

Neste sentido, vale ressaltar a importância do diálogo entre escola e família, para que assim, através da troca de experiências e conhecimentos, pais e professores possam assumir seus devidos papéis na formação das crianças e construam juntos uma educação com qualidade social.

CAPÍTULO III

A GESTÃO MUNICIPAL E ESCOLAR DE ESTRELA VELHARS: A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA EM FOCO

A gestão municipal da educação em Estrela Velha atua através de um regime de colaboração entre os entes Federal, Estadual e suas escolas municipais, sendo parceiro no desenvolvimento de programas e projetos. Porém, na grande maioria das vezes, o município acaba assumindo muitas responsabilidades que não seria de sua competência, tendo assim que elencar prioridades nos atendimentos, pois faltam recursos. Para atingir os objetivos educacionais propostos, a secretaria da educação busca planejar cada ano letivo, para que assim possa atingir resultados satisfatórios a nível de educação municipal.

O trabalho se fortalece muito no diálogo com todos os segmentos envolvidos na educação, com diretores municipais e estaduais, professores, equipe pedagógica, pais, prefeito e demais secretarias que auxiliam no decorrer do ano letivo. Assim que o calendário escolar é definido são realizadas reuniões e busca-se, principalmente com as secretarias de saúde, assistência social e cultura, conciliar os eventos que serão desenvolvidos durante o ano, evitando atropelos e discordâncias de datas.

Entende-se que é fundamental ter um planejamento para a educação municipal, pois se trata de gestão, planejar os passos a ser seguido. Todo ano é criado um plano de metas a serem alcançadas para melhorar a educação municipal, discutindo onde é mais relevante investir os recursos e assim, conseguiu-se melhorar os índices do IDEB, diminuindo a reprovação, valorizando os profissionais da educação, melhorando o transporte escolar, entre outros. A gestão municipal, através da secretaria da educação, busca assessorar e orientar os professores na elaboração, execução e avaliação das atividades didático-pedagógicas, auxiliar a administração escolar nas funções pertinentes e orientar diretores, professores e alunos na busca de soluções para a relação de ensino e aprendizagem, bem como promover e buscar mecanismos que possam destinar recursos financeiros para melhorar a educação do município garantindo ensino de qualidade para todos.

Por outro lado, no que compete a gestão escolar, esta visa a cada dia proporcionar condições para que o educando alcance o sucesso desejado no processo ensino e aprendizagem de modo que desenvolva as habilidades necessárias para adquirir as competências que lhe serão exigidas. Outro aspecto importante é a busca de uma boa relação com a comunidade, professores, pais e alunos, incentivando a participação e colaboração através de ações conjuntas. Os projetos desenvolvidos nas escolas, também incentivam a participação e buscam garantir a utilização do espaço escolar pela comunidade.

A gestão escolar implica em ter um diretor, que exerça a função de administrar a instituição escolar. No entanto, não deve considerar somente o aspecto administrativo da escola, mas também, outra parte importantíssima, a pedagógica e a subjetiva – as pessoas que nela se encontram, conforme corrobora Vasconcelos (2006, p.61),

A direção tem por função ser o grande elo integrador, articulador dos vários segmentos – internos e externos – da escola, cuidando da gestão das atividades, para que venham a acontecer e a contento (o que significa dizer, de acordo com o projeto). Um grande perigo é o diretor se prender à tarefa de 'fazer a escola funcionar', deixando de lado seu sentido mais profundo. Se não falta professor, se tem merenda, se não há muito problema de disciplina, está tudo bem... é claro que a escola tem de funcionar, mas sua existência só tem sentido se ocorrer dentro de determinadas diretrizes, de uma intencionalidade. [...] Assim, não se trata de um papel puramente burocrático-administrativo, mas de uma tarefa de articulação. De coordenação, de intencionalização, que, embora suponha o administrativo, o vincula radicalmente ao pedagógico.

Nesse sentido, o município reconhece a importância da qualificação de tal gestor, proporcionando condições mínimas para exercer a função, assim como, disponibilizando formações continuadas, para que os diretores possam ter posturas e conhecimentos diversos dentro e fora das esferas administrativo-pedagógicas, sendo conhecedores do ambiente escolar e da manutenção do mesmo, adequados ao cargo ocupado e aos fins da educação.

3.1 O CONTEXTO DE ESTRELA VELHA/RS: SITUANDO O *LÓCUS* DA PESQUISA

Estrela Velha localiza-se na região central do Estado do RS, na microrregião do Vale do Rio Pardo, sendo conhecida pela produção agrícola e pecuária, com destaque a lavouras de soja, milho, fumo, feijão e gado leiteiro. A mão-de-obra é basicamente familiar. Segundo dados do IBGE de 2010, a população do município é

de 3.628 habitantes, formada basicamente por alemães, italianos, portugueses, negros e índios, sendo que 1.167 (32,17%) se concentram na zona urbana e 2.461(67,83%) na zona rural. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 2,7% em média ao ano, representando atualmente 12,7% do total da população municipal. O segmento etário de 0 a 14 anos corresponde a 21,1% da população, e a faixa etária de 15 a 59 anos, em 2010, representava 66,2% da população do município. A formação étnica do município compõe-se basicamente na origem alemã, italiana e negra.

O orçamento previsto do Município para 2016 é de R\$ 23.052.000,00, sendo que até o final de abril, segundo relatório contábil da Secretaria da Fazenda, o município investiu um percentual de 27,55% em educação.

No decorrer dos últimos anos a secretaria da educação, percebeu a necessidade de nucleação das escolas com menos de 10 (dez) alunos a fim de garantir melhores condições de infraestrutura, recursos didáticos e socialização. Algumas escolas rurais apresentavam classes multisseriadas, com infraestrutura precária para o desenvolvimento das atividades escolares. Hoje, Estrela Velha possui três escolas municipais: Escola Municipal de Educação Infantil Alzira Nunes Ceolin, que atende crianças de 2 a 5 anos de idade; Escola Municipal de Ensino Fundamental 25 de Julho, que atende crianças desde os 4 anos, na educação infantil, até alunos do 6º ano do fundamental; Escola Municipal de Ensino Fundamental Álvaro Rodrigues Leitão, que atende alunos do 1º ano ao 9º ano do fundamental.

Todas as escolas supracitadas são beneficiadas com o programa do transporte escolar, alimentação escolar, Programa Dinheiro Direto na Escola, contempladas com equipamentos (computadores, mesas, cadeiras) pelo ProInfo/MEC, entre outros programas. Quanto à infraestrutura, todas as escolas possuem acessibilidade arquitetônica (rampas, alargamento de portas, colocação de barras, banheiros para cadeirantes), bem como, possuem projetos e alvarás de proteção contra incêndio.

Um dos objetivos e prioridades da secretaria municipal da educação e das escolas é a melhoria de qualidade de ensino em todos os níveis. Entende-se por qualidade de ensino uma educação que vise à formação integral do educando: desenvolvimento de todos os aspectos seja cognitivo, afetivo, psicomotor e social;

uma prática pedagógica que envolva múltiplos saberes e fazeres na sua universalidade.

De acordo com os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB/2007), as escolas municipais de Estrela Velha tiveram IDEB observado de 4,2, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e 4,0, nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Em 2009, o IDEB foi de 4,9, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e 4,1, nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Já em 2011, o IDEB foi de 5,1, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e 4,0, nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Porém, em 2013 o IDEB atingiu 6,0 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e 4,4, nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Mesmo sabendo que esses dados não podem ser usados como únicos índices para avaliar a educação municipal, eles servem de base para revelar, pelo menos em parte, se o sistema de ensino está no caminho certo ou não.

3.2 O PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa, pois conforme explicita Minayo (2001, p.21-22), este tipo de pesquisa “responde a questões muito particulares”, preocupando-se com “um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados”. Como instrumento de coleta de dados, optou-se pela aplicação de questionários.

A partir da necessidade evidenciada no contexto escolar do município de Estrela Velha, relacionada à ausência da família na vida escolar, surgiu através da secretaria de educação e das gestões escolares a motivação para criação de projetos, desde o início de 2015, envolvendo a temática que pudesse provocar mudanças e, quem sabe, melhorar a relação entre escolas e família.

Neste sentido, a pesquisa envolveu duas escolas da rede municipal de ensino e conseqüentemente dois projetos para o desenvolvimento do estudo. Optou-se por estas, pois eram as que mais apresentavam problemas relacionados à temática em foco neste estudo. Os projetos e escolas envolvidos foram:

Projeto 1 - Escola e Família de mãos dadas Valorizando o meio em que vivem, desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Fundamental Álvaro Rodrigues Leitão, situada na zona urbana e atende 252 alunos do 1º ao 9º ano do fundamental.

Projeto 2 - A importância da família na construção da aprendizagem na escola, desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Fundamental 25 de Julho, esta situada na zona rural e atende 87 alunos a partir da educação infantil (pré-escola) ao 6º ano do fundamental.

Os referidos projetos tratam e buscam resgatar a parceria e cooperação entre a escola e família, conforme justificativa apresentada pelo Projeto 2 (2015, p. 04):

[...] o trabalho tem como eixo norteador promover uma interação significativa com os pais, professores, funcionárias e alunos e SME, para que possam assumir o compromisso com a aprendizagem das crianças e adolescentes, colaborando com a construção de valores, que terão posteriormente impactos positivos em sua vida.

Ao constatarem que a aproximação e parceria da família com a comunidade escolar tem interferência direta na educação da criança, os professores, diretores, equipe pedagógica e alunos elaboraram atividades que envolvessem os pais nas seguintes ações: tarefas de casa; entrega dos pareceres dos alunos; eventos da escola; reuniões; auxílio na gestão financeira, entre outros.

Para evidenciar os resultados alcançados pelos projetos das escolas, foi aplicado questionário contendo oito perguntas, para dois professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental 25 de Julho (Professora A e B), para uma supervisora de ensino da secretaria da educação (Supervisora A), pois por se tratar de um município pequeno e os recursos são poucos, as escolas não contam com a presença de supervisora, dependem da supervisão do profissional da secretaria. Na Escola Municipal de Ensino Fundamental Álvaro Rodrigues Leitão o questionário foi aplicado para uma diretora e uma professora (Professora C e D). O questionário aplicado (APENDICE A), contendo indagações referentes à compreensões, entendimentos, percepções dos professores diante da realização, objetivos, desenvolvimento e avaliação dos projetos, assim como os possíveis resultados oriundos do desenvolvimento dos mesmos.

Porém, a aplicação do questionário era para ser mais ampla, com mais profissionais, no entanto, somente esses cinco devolveram respondidos, a maioria dos outros professores alegou não ter tempo, pois trabalhavam em outras escolas não conseguindo responder as perguntas.

Para dar aporte a análise, também foram estudados os textos produzidos pela criação e execução dos projetos, além da aplicação dos questionários, visando identificar as consequências das práticas pedagógicas e as metodologias desenvolvidas pelas escolas para obtenção de uma relação mais efetiva entre escola e família. Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizado, igualmente, levantamento bibliográfico, a fim de auxiliar na construção da fundamentação teórica do tema estudado.

Num segundo momento, ocorreu a análise das respostas obtidas através dos questionários aplicados a alguns profissionais envolvidos, com o objetivo de obter informações a cerca do desenvolvimento desses projetos, através da percepção desses participantes, no que tange à relação entre família e escola.

3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

A sociedade atual está cada vez mais competitiva e individualista, preocupados com esse fato os educadores pretendem resgatar nos alunos e nos pais valores fundamentais visando uma sociedade mais cooperativa e menos individualista. A partir do anseio de uma relação mais estruturada entre família e escola, que tenham como ideal a formação do aluno, as escolas municipais Álvaro Rodrigues Leitão e 25 de Julho têm como objetivo em seus projetos:

- Incentivar e orientar os pais para participarem da vida escolar de seus filhos, ressaltando a importância dos mesmos para o crescimento de uma aprendizagem que vem ao encontro de interesse demonstrado pelos nossos alunos e contribuindo assim na formação ética e cognitiva. (Projeto Escola e Família de mãos dadas Valorizando o meio em que vivem. E.M.E.F. Álvaro Rodrigues Leitão)
- Oportunizar (con)vivências e experiências entre a família e a escola para que possa contribuir no desenvolvimento dos alunos, reforçando os valores e atitudes positivas. (A importância da família na construção da aprendizagem na escola. E.M.E.F. 25 de Julho)

Segundo as respostas obtidas na questão 01 dos cinco profissionais que responderam, os projetos desenvolvidos nas escolas comprovaram que o estímulo ao estreitamento da relação entre família e escola foi de grande valia para o processo de ensino – aprendizagem. A colaboração e a participação na comunidade escolar só podem ser obtidas se todos os profissionais e pais valorizarem suas respectivas contribuições, cada um assumindo a parte que lhe compete para que

obtenham sucesso na aprendizagem das crianças. A escola e família quando andam em sintonia em prol de um único objetivo, abrem novos horizontes, trazem novos conhecimentos, dão confiança ao trabalho dos professores.

O currículo da escola se fortalece com a participação da família, daí a importância da escola deixar “bem claro” em suas “ações” (regimento – projeto pedagógico – planos de estudos – regras de convivência...) “a função” que terá a família junto à escola. Desta forma, o processo de aprendizagem também será “fortalecido”, pois o diálogo mantido entre os pais sobre o processo de “ensinar” e “aprender” estará auxiliando os alunos em suas limitações e ao mesmo tempo reconhecendo capacidades que manifestam. Observa-se no dia a dia que o aluno “assistido” pelos pais em todas as suas dimensões e que mantém diálogo com a escola “garante” aprendizagens, não só de conceitos/conhecimentos, mas uma grande bagagem de valores, o que faz toda a diferença. (Professora C. Questão 01).

A realização de atividades pertinentes à vida escolar dos alunos envolvendo o quadro docente e ao mesmo tempo responsabilizando os pais no auxílio para a execução das mesmas, visou “promover uma maior integração entre família e escola, desenvolvendo valores familiares, a importância do diálogo e da presença dos pais na escola” (Professora B. Questão 02).

Assim como para muitos dos pais participar de atividades na escola dos filhos é difícil, consideram muitas vezes constrangedor, também para alguns professores realizar projetos nas escolas nem sempre tem uma boa receptividade, pois acarreta um desconforto, exige mais dedicação dos profissionais.

A mudança da rotina na escola, a cooperação entre o corpo docente, o envolvimento dos pais, o rendimento escolar dos alunos, a criação de estratégias para atingir os objetivos, são fatores que puderam ser percebidos e vivenciados por todos os envolvidos, apesar de se verificar nas respostas da questão 03 que o envolvimento dos professores não se deu na sua totalidade, havendo uma certa resistência conforme relatos da Supervisora A e Professora C.

Professores comprometidos “abraçam” toda e qualquer proposta que vem ao encontro do desenvolvimento dos alunos e da escola. Salvo exceções, 95% dos docentes acolhem e se comprometem com os projetos. (Supervisora A, Questão 03). Sabemos que trabalhar com “Projetos” não é fácil. É desafiador para a escola e, em especial ao professor, ele que mantém a responsabilidade e a competência em integrá-lo em “seu Plano de Estudo/ Trabalho”, o que não é tão tranquilo, pois é fundamental que se atenda a demanda de conteúdos/conhecimentos que a ele é confiado anualmente. Já sentimos o “sabor do sucesso” de vários projetos da nossa escola e posso afirmar com tranquilidade: a maioria dos professores atendem bem os projetos e, quanto melhor o planejamento participativo, tanto melhor os resultados alcançados. (Professora C, Questão 03).

Os educadores e equipes diretivas devem buscar com a realização dos projetos, construir uma escola como sendo um local capaz de proporcionar atividades que venham ao encontro do mundo contemporâneo, sem deixar de conhecer e valorizar conhecimentos pré-estabelecidos de suas raízes.

A escola tem como função a socialização do saber sistematizado, ou seja, do conhecimento elaborado e da cultura erudita. Ela se relaciona com a ciência e não com o senso comum, e existe para proporcionar a aquisição de instrumentos que permitem o acesso ao saber elaborado (ciência) e aos rudimentares (bases) desse saber. A contribuição da escola para o desenvolvimento do sujeito é exclusiva para aquisição do saber culturalmente organizado e de áreas distintas de conhecimento. (CAETANO e YAEGASHI, 2014. p.160).

A escola precisa cada vez mais pensar estratégia para desacomodar seus alunos levando eles a instigação, motivando-os a buscar o novo. Conforme apresentado na resposta da questão 04 pela Supervisora A os “alunos adoram desafios. Quanto mais criativas e instigantes as propostas, maior é o envolvimento e é aí que entra a prática pedagógica e mediação do professor: quanto mais dinâmica, maior é a participação”.

Durante a realização dos projetos os alunos fizeram expedições investigativas, desenvolveram um cronograma para envolver os pais nas atividades propostas. Segundo relato das professoras na Questão 05, essas atividades geraram o envolvimento das famílias.

As famílias participaram do projeto desenvolvendo atividades junto com os filhos, confeccionando objetos de brinquedos, personagens, participando na caminhada cívica em setembro junto com os filhos e com toda a comunidade escolar. Foram realizadas visitas nas famílias de alguns alunos da escola com almoço oferecida por uma família de aluno. Visita a propriedades rurais observando as tecnologias utilizadas na pecuária e na agricultura. Visita à estação de tratamento de água, avós palestrando para os alunos entre outras atividades. (Professora D, Questão 05).

Segundo exposição dos professores, atualmente, os pais estão mais preocupados com a aprendizagem dos filhos, questionam mais sobre as ações da escola, sugerem sobre mudanças na rotina, estão aos poucos resgatando hábitos

esquecidos no passar dos anos que são de grande importância para a formação dos filhos.

A participação dos pais vem avançando a cada ano, depende bastante da forma como a escola interfere. Todo nosso projeto prevê a participação dos pais, desde o diagnóstico, até a execução das ações específicas. No ano 2015, o título “Escola e Família, de mãos dadas construindo cidadania”, fez um apelo as famílias e neste ano, com a temática “Vivendo Valores” levará um forte convite as famílias a participarem e se envolverem nas ações integradoras, das séries iniciais, até as finais. (Professora C. Questão 05.)

Outro dado relevante foi o envolvimento de uma parcela significativa de pais na elaboração do Plano Municipal da Educação de Estrela Velha. Durante as discussões para a elaboração do referido Plano, muitos pais participaram efetivamente dessa construção.

Analisando as resposta dos cinco questionários, pode-se perceber que a presença dos pais questionada na questão 05 melhorou e a escola conseguiu atingir seus objetivos com mais eficiência (questão 07), os alunos que são mais indisciplinados começam a mudar seu comportamento quando há esse acompanhamento familiar. A partir da vivência na realização dos projetos os alunos passaram a se sentir como parte da escola, inclusive muitas vezes ajudando a repreender os colegas que atrapalhavam em sala de aula devido ao mau comportamento. Com certeza ainda existe muito a ser feito para melhorar a relação família e escola, porém pode se afirmar também que hoje as escolas municipais de Estrela Velha possuem a confiança dos pais que matriculam seus filhos, é visível o envolvimento e empenho que toda a comunidade escolar faz para melhorar cada vez mais a qualidade de ensino e essa parceria com a família é fundamental para a concretização da educação escolar.

Hoje podemos dizer que a maioria dos pais acompanha o aprendizado do aluno diariamente, nas atividades extra-classe solicitada pelos professores, maior participação dos pais na escola, quando não solicitado, com visitas espontâneas para saber como está o desenvolvimento do filho. [...] houve um fortalecimento da autoestima dos alunos na escola, sentindo os pais mais próximos de sua aprendizagem, com encontros, reuniões, palestras, festas, participando da família na escola no decorrer de todo o ano letivo. (Professora B. Questões 06 - 07.)

Porém, apesar das escolas obterem avanços, ainda conta com problemas sérios e que não são de fácil resolução, pois envolvem diretamente a realidade e

estrutura familiar, conforme pontuou a supervisora A, na questão 06 quanto à participação das famílias na vida escolar “melhorou significativamente e continua melhorando. Há caso onde não há participação, geralmente (não regra geral) são alunos que manifestam indisciplina, não realizam atividades”. Os casos mais complicados são que envolvem aluno com autismo de terceiro grau e os pais negam parte dos atendimentos que a escola fornece e casos de alunos que sofrem de ataques epiléticos, pois os professores não possuem formação adequada para atender tais casos, são crianças de famílias desestruturadas, pais separados e vivem em casas sem as mínimas condições. Em algumas situações a escola só consegue intervir na educação dessas crianças buscando o auxílio de outras instancias como do Conselho Tutelar e do Ministério Público. Contudo, apesar de alguns pais “negarem” algumas evidências relacionadas aos seus filhos, as escolas não podem ser negligentes aceitando essa situação, mas devem unir forças e buscar todas as formas possíveis para que nenhuma criança fique desassistida pela educação. Conforme relata Castro e Regattieri (2009, p.29),

De todos os equipamentos do Estado, a escola é o que tem mais amplo contato contínuo e frequente com os sujeitos destes direitos, daí sua responsabilidade de atuar junto a outros atores de rede de proteção social. Isso não significa mudar o papel da escola e transformá-la em instituição assistencialista, mas sim dar relevo a seu papel de ator fundamental – embora não exclusivo – na realização do direito da criança e do adolescente à educação.

Cabe salientar que outro aspecto observado é referente à participação das mães que geralmente sobressai à representatividade dos pais. Conforme Romanelli (2013, p. 53),

Mais importante ainda é a ausência do pai nas pesquisas, e não só nas deste campo específico, e que precisa ser devidamente investigada, discutida e analisada. Afinal, se ele faz parte da família e se em alguns casos de sucesso escolar sua presença é importante, qual é sua atuação na escolarização dos filhos? E se na maior parte das pesquisas a mãe é a grande interlocutora, essa questão remete igualmente à assimetria e desigualdade nas relações de gênero e não pode ser aceita como natural na vida doméstica. Mesmo que o pai não apareça como sujeito importante na escolarização, ele não pode ser considerado ausente, porque família, tal como os vários artigos expressam, é mais do que a mãe. A não visibilidade empírica e sociológica do pai não permite inferir que ele não seja sujeito atuante no processo de escolarização dos filhos.

Por isso, se faz importante que não haja omissão por nenhum dos membros do grupo familiar, pois a falta de compromisso dos pais com a educação desmotiva também os filhos o que, prejudicará diretamente o rendimento escolar.

Acredito que é necessário a corresponsabilidade entre os pares. Os pais muitas vezes delegam seu compromisso para a escola, assumindo apenas os “bônus” e atribuindo o “ônus” do “fracasso escolar”, quando ocorre, para a escola. Nesta direção é que considero imprescindível um trabalho permanente com os familiares. Isso desmistifica tais conceitos. Família que é atuante e participativa e que mantém uma relação de transparência e confiança com a escola, é visível os reflexos positivos na aprendizagem das crianças e adolescentes. (Supervisora A. Questão 01.)

A importância e o respaldo que os projetos deram ao trabalho da escola, melhorou a relação entre os envolvidos no processo educativo, bem como trouxe resultados positivos.

A “sintonia positiva” mantida entre a escola e família sempre produz bons resultados. Os projetos favorecem a comunicação entre professores-pais-alunos. Só temos a ganhar integrando os saberes dos pais em nosso currículo. Destaco um ponto bastante positivo na realização de projetos: a melhoria nas “relações de afeto” entre pais-filhos-professores-funcionários-comunidade no reconhecimento de que todos possuem importância e capacidade para unir-se e ajudar no que for necessário e, cada um em seu tempo e função. (Professora C. Questão 06.)

Pode-se constatar que quando os pais participam da educação de seus filhos eles aprendem mais e melhor, com o apoio da família se sentem motivados, seguros, estimulados com vontade de aprender. Com o estabelecimento dos vínculos de parceria e participação entre os educadores e os pais o aprendizado se torna mais significativo e eficiente. Essa realidade pode ser observada no estudo realizado por Furtado (2005, p.10):

Nas escolas onde já se instalou gestão participativa, os pais são muito presentes. Segundo a diretora da Escola Municipal Gilberto Jorge, em Porto Alegre, eles ‘querem entender a proposta pedagógica, dão sugestões. Discutem com os professores, estudam junto com eles temas como violência, participação, disciplina. Não se constrói a proposta sem eles...’ Já uma professora da Escola da Iputinga, no Recife, acha que ‘quando o pai não tem nenhum tipo de participação na escola, até o aprendizado do aluno é mais difícil. A participação dos pais contribui para o nosso trabalho. Eles estão ficando mais informados, têm mais condições de reivindicar melhoria de infra-estrutura, de propor formas de melhorar a qualidade do ensino.

Por isso, cada vez mais fica evidente a importância da escola manter uma gestão voltada a estratégias que valorizem a participação familiar na educação, descentralizando o poder de decisão e organização do sistema somente na direção e professores. Conforme foi sendo executado os projetos, pode se afirmar que houve uma cooperação entre essas instituições e conseqüentemente um envolvimento dos pais na aprendizagem dos filhos.

Diante do evidenciado, constatou-se que as práticas disseminadas pelos projetos, com foco na aproximação escola e família, resultaram positivamente em diferentes aspectos, seja no aumento da comunicação entre escola e família, acompanhamento mútuo da vida escolar da criança, na grande maioria, como na significativa ampliação do aprendizado e autoestima dos alunos.

Evidencia-se a partir do exposto, a correlação com uma gestão, que se quer democrática, ou seja, aberta à participação de sua comunidade escolar. Conforme esclarece Bordenave (1994, p.22) “participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte”. Indicando assim, que além dos resultados obtidos diretamente na vida escolar da criança, a ampliação da relação tende a favorecer a um processo democrático no ambiente escolar, perpassando as esferas pedagógica, administrativa e financeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo realizado sobre a gestão democrática e as políticas educacionais no âmbito do município de Estrela Velha, pode-se afirmar que estas influenciam de forma contundente na participação dos pais na vida escolar dos filhos. Essa participação é fundamental no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem da criança, pois a família desempenha um papel decisivo na educação formal e informal dos filhos, além disso, no seu interior são absorvidos os valores éticos e humanitários, e é onde se aprofundam os laços de solidariedade e afetividade.

No seio familiar se constroem e desenvolvem valores culturais e morais. Porém, percebe-se que

“escola e a família, assim como outras instituições, vêm passando por profundas transformações ao longo da história. Estas mudanças acabam por interferir na estrutura familiar e na dinâmica escolar. Por exemplo o fato das mães e/ou responsáveis trabalhar fora, deixando os filhos com terceiros para ajudar no sustento da casa, tem transferido para a escola algumas tarefas educativas que deveriam ser suas”. (SOUZA. 2009, p.05)

Considerando esses fatos, as escolas, através de projetos envolvendo alunos, professores, pais, desenvolveram ações e atividades que pudessem aproximar as famílias da vida escolar das crianças. Essas propostas alcançaram em boa parte seus objetivos, principalmente na E.M.E.F. 25 de Julho, onde foi visível perceber o aumento significativo dos pais em reuniões, atividades festivas, entre outros. Porém na E.M.E.F. Álvaro Rodrigues Leitão, por ser na zona urbana, a participação dos pais ainda não é tão efetiva, apesar da escola proporcionar várias atividades nos mais diversos dias e horários para facilitar a presença dos pais.

Constata-se que um fator importante para estimular a relação da família com a escola é manter um dialogo entre os envolvidos. Outro aspecto fundamental observado é as escolas estarem cada vez mais preparadas para as mais adversas realidades e organizadas para receber crianças de diversas estruturas familiares. O ambiente escolar, professores e equipe diretiva devem estar preparados e orientados para que os pais tenham confiança na escola.

A realização dos projetos demonstrou que as escolas podem tomar iniciativas para melhorar as relações de parceria com as famílias, sem precisar depender de programas estipulados somente pelas secretarias de educação. Projeto quando bem planejado e bem executado traz sim resultados positivos e auxilia na melhora significativa da qualidade de educação.

Considero o trabalho com projetos importante, principalmente quando queremos integrar no currículo a participação significativa das famílias – o projeto é uma estratégia importante. Mas a “metodologia projeto” não é tão tranquila para os professores, há muito para construir. Sugestivo orientar melhor os professores para este desafio é preciso competência e desprendimento para trabalhar os conteúdos/os conhecimentos “elencados” nos projetos; existe uma ideia, por parte de muitos professores, de que as ações dos projetos não fazem das disciplinas e que estão “perdendo tempo”. Ouvimos isto também por parte de alguns alunos. Também importante ressaltar a necessidade da escola “organizar seus tempos” para planejar coletivamente seus projetos, sem atropelos. E o convite a todos que trabalham na escola: motivar-se de sabedoria para enfrentar as mudanças que o nosso tempo nos exige. (Professora C, Questão 08.)

Portanto, pode-se concluir que nem escola e nem família podem se eximir de sua responsabilidade com a educação, cada um com suas atribuições e devidas importâncias. Fica evidente que os pais devem assumir suas responsabilidades, auxiliando e possibilitando a aprendizagem e desenvolvimento da personalidade das crianças de acordo com valores morais e sociais e escola cumprir suas atribuições junto ao alunos auxiliando na construção do conhecimento.

Acredita-se que as políticas educacionais municipais de Estrela Velha/RS estão influenciando a participação dos pais no contexto educacional das escolas municipais e na vida escolar de seus filhos. Em virtude do acompanhamento dos pais, se torna visível o rendimento escolar dos filhos, auxiliando e interferindo diretamente no processo de ensino-aprendizagem. As escolas estão aos poucos alcançando seus objetivos, mas ainda muito deve ser feito, porém os projetos analisados provaram que havendo um trabalho coletivo comprometido pode-se melhorar e mudar os passos tortuosos que existem na educação. Através do diálogo a escola consegue favorecer as relações de cooperação com a família, construindo uma educação de qualidade para os educandos, contando com a participação de toda a comunidade escolar para construir e decidir os rumos que se pretende atingir.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Groppa. SAYÃO, Roseli. RIZZO, Sérgio. LA TAILLE, Yves de. **Família e educação**: Quatro olhares. Campinas: Papirus, 2011.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles: IPPUR/UFRJ, 2011.

BETTINARDI, Eliene Martins Lacerda. **A Importância da Participação da Família no Processo Educacional da Criança**. Publicado em 2014. Disponível em: <https://hetec.wordpress.com/antiores-2/artigos/177-2/>

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Uma Introdução ao Estudo de Psicologia** / Ana Mercês Bahia Bock, Odair Furtado, Maria de Lourdes Trassi Teixeira. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CAETANO, Luciana Maria e YAEGASHI, Solange Franci Raimundo (orgs.). **Relação escola e família**: diálogos interdisciplinares para a formação da criança. São Paulo: Paulinas, 2014.

[CASTRO, Jane Margareth e REGATTIERI, Marilza(org.). **Interação Escola - Família**: Subsídios para Práticas Escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2009.

CAVALCANTE, Roseli Schultz Chiovitti. **Colaboração entre pais e escola**: educação abrangente. Esc. Educ. (Impr.), Campinas, v. 2, n. 2, p. 153-160, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14138557199800020009&lng=en&nrm=iso>.

CHALITA, Gabriel. Educação: **A solução está no afeto**. São Paulo: Gente, 2001.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Fonte: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil**: limites e perspectivas. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, Oct. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302007000300014&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Aug. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300014>.

FERREIRA, Cleia Simone; SANTOS, Everton Neves dos. **POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS**: APONTAMENTOS SOBRE O DIREITO SOCIAL DA QUALIDADE

FERREIRA, Edmar Lucas . **Descentralização do Poder: A Prática da Gestão Democrática e Participativa na Escola.** 2009. Disponível em:
http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/gestao_foco/artigos/ano2013/setembro/descent.pdf

GALLO, Márcia. **A parceria presente: a relação família-escola da periferia de São Paulo.** São Paulo: LCTE Editora, 2009.

HOLANDA, Fátima. **DESAFIOS DA ESCOLA ATUAL: Um olhar sobre o papel e a função da escola.** 2015. Disponível em:
<http://rede.novaescolaclube.org.br/grupo/desafios-da-escola-atual-um-olhar-sobre-escola-uma-perspectiva-de-positivacao-de-seu-pape-133>

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300014

KOLLETT, Marli Terezinha. **A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA E APRENDIZAGEM ESCOLAR DOS FILHOS.** Artigo científico. Santa Cruz do Sul, 2013. Disponível em:
<http://centraldeinteligenciaacademica.blogspot.com.br/2013/08/publicacao-de-artigo-cientifico-marli.html>).

LEIS DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Fonte:
www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

LIBÂNEO, José Carlos. **A organização e a Gestão da Escola: Teoria e Prática.** Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola.** Goiânia: Alternativa, 2002.

LINO, Allan Vieira. **Políticas públicas e a precarização da educação pelo contrato PSS no Paraná.** Revista Ensino de sociologia em debate. Edição Nº. 2, Vol. 1, jul-dez. 2012. <http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/2%20Edicao/ALLAN%20%20-%20ORIENT.%20ANGELA.pdf>

MINAYO, Maria Cecília de Sousa(org). **Pesquisa Social; Teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001.

NA EDUCAÇÃO. Revista LABOR nº 11, v.1, 2014
http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume11/9_POLITICAS_PUBLICAS_EDUCACIONAIS.pdf

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: conceito e contextualização numa perspectiva didática.** 2012 Disponível em:
<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de**

implementação. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf

OLIVEIRA, Lélia de Cassia Faleiros. **Escola e família numa rede (des)encontros: um estudo das representações de pais e professores**. São Paulo: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2002.

Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Ministério da Educação. Secretaria da Educação fundamental. 3 ed. Brasília: a Secretária, 2001.

PARO Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 8ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, 1991.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar:** introdução crítica. São Paulo: Cortez, 1993.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade de ensino, a contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 1997

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da educação pública**. 3ª ed. São Paulo, Ed. Ática, 2001.

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. **Pais e Educadores:** quem tem tempo de educar? Porto Alegre: Mediação, 2007.

PEREIRA, P.A. **Desafios Contemporâneos para a Sociedade e a Família**. In Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XVI. São Paulo, Cortez, 1995.

PLANO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE ESTRELA VELHA/RS. Fonte: <http://www.estrelavelha.rs.gov.br/sites/000/88/leis/Lei1200-2015PME-Anexo.pdf>

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Fonte: www.observatoriodopne.org.br/.../file/.../documento-referencia.pdf

REIS, Liliani Pereira Costa dos. **A participação da família no contexto escolar**. Salvador, 2010. Disponível em: <http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/MONOGRAFIA-LILIANI-PEREIRA-COSTA-DOS-REIS.pdf>

ROMANELLI, Geraldo. NOGUEIRA, Maria Alice. ZAGO, Nadir. **Família e escola:** novas perspectivas de análise. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do macho**. São Paulo, Moderna, 1987.

SOARES, Jiane Martins. **FAMÍLIA E ESCOLA: PARCEIRAS NO PROCESSO EDUCACIONAL DA CRIANÇA**. Monografia defendida no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia de 10 de junho de 2010. Disponível em;

<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/imagens/artigos/educacaoetecnologia/ARTIGO-FAMILIA-ESCOLA-.pdf>

SOUZA, Maria Ester do Prado. **FAMÍLIA/ESCOLA: A IMPORTÂNCIA DESSA RELAÇÃO NO DESEMPENHO ESCOLAR.** SANTO ANTÔNIO DA PLATINA 2009. Disponível em:
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1764-8.pdf>

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Disciplina:** construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. 7. ed. São Paulo: Libertad, 1989.

SILVA, Ivanilson José Santana da. **O PAPEL DOS PAIS FRENTE À APRENDIZAGEM.** Publicada em 2 de mai de 2014. Disponível em:
<http://pt.slideshare.net/christianceapcursos/ivanilson-editado>

APENDICE A

Questionário aplicado aos professores referente aos projetos desenvolvidos nas escolas municipais sobre o tema “Escola e Família”

Nome:

Cargo/Função:

Nome da Escola:

1. No seu entendimento, qual a importância da relação entre escola e família na aprendizagem das crianças e adolescentes?
2. Como a direção e professores identificaram a necessidade de fazer projetos que envolvessem a família e porque da importância desse tema?
3. Na sua percepção, como se deu o envolvimento dos professores com a proposta?
4. Como você percebe a participação dos alunos para desenvolver as atividades propostas no projeto?
5. Houve envolvimento das famílias na realização do projeto? Descreva como aconteceu .
6. A participação das famílias na vida escolar dos alunos melhorou a partir dos projetos que a escola desenvolveu?
7. Na sua avaliação, os objetivos propostos pelos projetos foram alcançados?
8. Na sua avaliação/ percepção/ entendimento, sugeriria alguma mudança/ alteração nos projetos desenvolvidos? Quais?